

Política de direita condenada

CGTP
Intersindical Nacional



DIS | N.º 22 | SET09

Política de direita derrotada

Apesar de maioritariamente votado nestas eleições, o Partido Socialista não pode deixar de entender nestes resultados uma vontade expressa de políticas diferentes para o País em geral e para os trabalhadores em particular, que respeitem os direitos, promovam a valorização de quem trabalha, a justiça social e a solidariedade.

Foi a maioria absoluta que permitiu ao Governo do Partido Socialista levar a cabo aquela que ficará na história como a mais violenta ofensiva das últimas três décadas contra os direitos dos trabalhadores, contra o poder local e contra os serviços públicos.

É forçoso que um futuro governo formado a partir deste novo quadro legislativo tenha esse entendimento e proceda às correcções indispensáveis!

Os resultados das eleições legislativas e a queda da maioria absoluta do Partido Socialista afirmam uma inequívoca condenação das políticas de direita que vêm sendo prosseguidas ao longo das últimas décadas no País e devem ser entendidos como a exigência de uma mudança de rumo na condução das políticas económicas, laborais e sociais que há muito os trabalhadores e a maioria das populações vêm exigindo.

O STAL saúda os milhares de trabalhadores do poder local e regional, empresas municipais e privadas prestadoras de serviços públicos locais, bombeiros e profissionais ao serviço das associações humanitárias, que num acto consequente da luta travada ao longo dos últimos anos, particularmente durante a legislatura de má memória que agora finda, condenaram através do voto a política de direita levada a cabo pelo governo do Partido Socialista e exigiram uma mudança de rumo na condução dos destinos do País.

***vamos continuar a lutar
contigo somos mais fortes!***

Mudar de rumo, valorizar o trabalho

Há muito que o STAL e o movimento sindical unitário em geral vêm exigindo uma mudança de rumo na condução das políticas nacionais, particularmente no que concerne aos direitos dos trabalhadores e à sua valorização profissional, aos serviços públicos, ao poder local e à administração pública.

Por isso o STAL exige desde já que, qualquer que venha a ser o quadro governativo saído destas eleições e dos entendimentos parlamentares que se venham a realizar, seja assumida a realização de uma profunda reflexão crítica sobre a necessidade de uma efectiva mudança de rumo nas políticas levadas a cabo para a Administração Pública e os seus trabalhadores, assumindo neste campo especial relevo:

- A garantia de que ao desempenho de funções públicas corresponda um regime de vínculo público que garanta aos trabalhadores isenção na prestação das suas funções e os proteja de quaisquer pressões políticas, económicas ou outras;
 - A regularização das situações de emprego precário existentes, garantindo estabilidade laboral a todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente;
 - O reconhecimento do direito à carreira profissional e à adjectivação funcional, reconhecendo e garantindo as especificidades profissionais, a valorização dos trabalhadores e potenciando a sua motivação;
 - A eliminação das quotas na avaliação de desempenho e a negociação de um sistema motivador que garanta transparência e justiça no tratamento dos trabalhadores, o direito ao contraditório e promova a sua valorização profissional;
- A garantia do efectivo direito de negociação e de contratação colectiva aos trabalhadores da Administração Local, nomeadamente através da revogação de diversas normas anacrónicas na actual legislação, designadamente as que prevêem a adaptabilidade dos horários de trabalho, que limitam o direito de contratação do Poder Local e que possibilitam a criação de regimes laborais com direitos diferenciados em função da sindicalização dos trabalhadores;
 - A revisão do Código do Trabalho, prevendo a eliminação das medidas gravosas introduzidas pelos anteriores governos;
 - A adopção de uma política de promoção de serviços públicos de qualidade para todos, potenciadores de desenvolvimento, justiça social, produtividade e criação de emprego, privilegiando-se lógicas de parcerias público-público, assumindo neste campo particular acuidade a necessidade de ser abandonado a actual estratégia para os sectores da água, saneamento e resíduos sólidos.
 - A implementação de uma política de descentralização efectiva, que potencie o desenvolvimento do Poder Local e implemente a regionalização.

Num momento de profunda crise económica e financeira e de crescimento do desemprego, o STAL considera que é fundamental ser assumida a antecipação de investimentos estruturais em áreas como a água, o ambiente, a saúde ou a educação, potenciando-se a criação de emprego e de crescimento económico.

Continuar a luta

No plano institucional, na rua e aos mais diversos níveis, o STAL continuará a bater-se por uma política que respeite e valorize os trabalhadores, promova serviços públicos de qualidade para todos e garanta uma Administração Pública moderna, eficiente e ao serviço dos cidadãos.

Nesse sentido, as próximas eleições autárquicas são mais um importante momento de luta dos trabalhadores da Administração Local.

O STAL não pode deixar de lembrar que a luta pela aplicação da opção gestonária é neste momento uma prioridade dos trabalhadores, porquanto permitirá minorar os impactos negativos da legislação do governo, pelo que continuamos a insistir junto das diversas autarquias que ainda não o fizeram para que aprovem medidas nesse sentido.

Esta é uma medida que as autarquias podem e devem ainda assumir, antes do próximo acto eleitoral! Só um profundo desrespeito pelos trabalhadores e desinteresse pelos seus problemas pode levar a que se procure encontrar justificações contrárias!

No dia 11 de Outubro levamos novamente a nossa luta até ao voto, votando em projectos políticos locais que respeitem os direitos dos trabalhadores, promovam políticas de valorização profissional e de defesa dos serviços públicos.